

ESTAR NO E
COM O MUNDO:
CONTRIBUIÇÕES
DE FREIRE PARA
UM JORNALISMO
TRANSFORMADOR

[ARTIGO]

Criselli Maria Montipó

Universidade Federal do Paraná

Jorge Kanehide Ijuim

Universidade Federal de Santa Catarina

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Se o jornalismo está comprometido com a transformação da sociedade, tal responsabilidade fica ainda mais evidente diante das múltiplas crises vividas em nosso país – sanitária, social, política e ambiental –, que acentuam a exclusão de grande parte da população. Nesse contexto, indagamos: o jornalismo tem a potência para evidenciar as desigualdades cada vez mais agravadas e contribuir para a transformação social? Que jornalismo(s) pode(m) desempenhar esta aspiração? Neste ensaio, apoiado no pensamento de Paulo Freire e nas teorias do jornalismo, apresentamos reflexões em torno das noções de práxis jornalística, jornalistas como sujeitos conscientes e o compromisso profissional com a sociedade. Assim, argumentamos que o jornalismo aqui pretendido pode ser desempenhado por profissionais que não apenas estão *no mundo*, mas *com o mundo*.

Palavras-chave: Jornalismo e sociedade. Paulo Freire. Práxis jornalística. Responsabilidade social. Desigualdade.

If journalism is committed to transforming society, this responsibility is even more evident given the multiple crises experienced in our country – health, social, political, and environmental – which accentuates the exclusion of a large part of the population. In this context, we ask: does journalism have the power to highlight the increasingly aggravated inequalities and contribute to social transformation? Which journalism(s) can fulfill this aspiration? In this essay, based on Paulo Freire’s thought and journalism theories, we present reflections on the notions of journalistic *praxis*, journalists as conscious subjects, and the professional commitment to society. Thus, we argue that the journalism intended here can be performed by professionals who are not only *in the world*, but *with the world*.

Keywords: Journalism and society. Paulo Freire. Journalistic praxis. Social responsibility. Inequality.

La pedagogía liberadora y el concepto de comunicación del educador Paulo Freire fundamentan una reflexión sobre la praxis de la educación para los medios, que busca la multiplicidad de saberes, la horizontalidad de las relaciones y la comunicación dialógica. El método de Freire contribuye a la construcción de una ciudadanía comunicativa en sintonía con las demandas de democratización de las relaciones que sustentan el derecho a la comunicación. La educación liberadora para los medios puede darse tanto en la educación formal –a través de la construcción de ecosistemas mediáticos y el enfoque del derecho a la comunicación en los temas transversales de los currículos– como en los movimientos sociales, a través de la educación informal. Un ejemplo de este esfuerzo, presentado en este artículo, es el proyecto de extensión de Apoyo a la Comunicación Alternativa, Ciudadana y Comunitaria de la Universidad Federal de Ceará.

Palabras clave: Periodismo y sociedad. Paulo Freire. Praxis periodística. Responsabilidad social. Desigualdad.

Desigualdades e potências

A profunda e crescente frustração com as desigualdades é um sinal inequívoco de que, apesar do dito e tão aclamado progresso, há algo em nossa sociedade globalizada que não tem funcionado. A desigualdade é, na maioria das vezes, enquadrada pela economia, exaltada e medida pela ideia de que ter dinheiro é o mais importante na vida. As sociedades estão ameaçadas a sucumbir sob o peso desta premissa, uma vez que o poder é o protagonista desta história: o poder de uns poucos, a impotência de muitos. Conforme expõe o *Relatório do Desenvolvimento Humano*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), a incapacidade de enfrentar estes desafios sistêmicos provocou o reforço das desigualdades e a consolidação do poder e do domínio político de grupos privilegiados.

A pandemia causada pelo novo coronavírus tem demonstrado seu potencial devastador ao acentuar as desigualdades. O vírus expôs, se alimentou e aumentou as desigualdades de renda, gênero e étnico-raciais já existentes. Além das milhões de pessoas que já morreram, centenas de milhões estão sendo jogadas na pobreza, enquanto muitos dos mais ricos – indivíduos e empresas – prosperam.

Enquanto prática social, o jornalismo está comprometido – ou deveria estar – com a transformação da sociedade. No contexto brasileiro, tal responsabilidade fica ainda mais evidente. Como intelectual que transcende o seu espaço-tempo, recorremos a Paulo Freire para pensar o jornalismo e seu compromisso social diante do

momento atual, em que múltiplas crises – sanitária, social, política e ambiental – acentuam a exclusão de grande parte da população. O pensador pernambucano, reconhecido mundialmente por sua teoria crítica, dedicou toda a sua obra para a formação de uma sociedade brasileira mais inclusiva. Durante sua vasta trajetória de educador e agente de transformação, que aqui revisitamos, centrou sua perspectiva teórica no processo de dominação e na necessidade de superação dessa realidade. Defendia que, por meio do processo educativo – e de ação-reflexão – os oprimidos precisam formular sua resistência na própria pedagogia de luta por emancipar-se (FREIRE, 2019a; 2019b; 2019c)¹.

Ao aceitarmos o jornalismo como uma prática social, formulamos algumas indagações: o jornalismo tem a potência para evidenciar as desigualdades cada vez mais acentuadas e contribuir para a transformação social? Que jornalismo(s) pode(m) desempenhar esta aspiração? Na busca de respostas a estas questões, além de recorrer ao pensamento de Paulo Freire, buscamos apoio nas teorias do jornalismo. Neste ensaio, apresentamos reflexões em torno das noções de 1. práxis jornalística; 2. jornalistas como sujeitos conscientes; e 3. seu compromisso profissional com a sociedade. Estas nos levam a argumentar que o jornalismo aqui pretendido pode ser

1 Paulo Freire recebeu influência da perspectiva dialética senhor-escravo proposta pelo psiquiatra caribenho de ascendência africana Frantz Fanon, que atuou na revolução argelina. Fanon (1968) enfatizava que a descolonização é sempre um fenômeno violento, de forma semelhante ao modo como os colonizadores exploraram as terras e a força de trabalho dos colonizados.

desempenhado por profissionais que não apenas estão no mundo, mas com o mundo.

Assim como ensinou Freire, procuramos compreender o contexto em que se insere a dinâmica social brasileira, para que a responsabilidade jornalística possa, encharcada dessa realidade, responder aos problemas concretos.

Pandemia e desigualdades: realidade brasileira e retrocessos

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* (PNUD, 2019), teve como foco “As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI”. O documento procura desenhar o cenário sobre as condições de vida no planeta, as percepções de equidade – ou a sua falta –, assim como sinalizar expectativas e desafios para o enfrentamento a tais desigualdades para a busca da dignidade humana. Desenvolvimento humano, para o PNUD, significa “a expansão das liberdades substantivas que permitem às pessoas fazerem aquilo a que dão valor e que têm motivos para valorizar” (PNUD, 2019, p. 30). Em outros termos, o desenvolvimento humano depende de políticas e estratégias que proporcionem oportunidades para essa expansão de liberdades. Acesso à saúde, moradia, educação, expectativa de vida, segurança, trabalho e emprego são alguns dos parâmetros para a equalização do nível de desenvolvimento humano. São também preceitos constitucionais, no caso brasileiro.

A desigualdade é perceptível entre países de diferentes níveis de desenvolvimento

humano, como também se repete dentro de cada país. A metáfora de Norte e Sul, consagrada no campo da geopolítica e nas ciências sociais, ocorre efetivamente entre países dos dois hemisférios, mas também se manifesta no interior das fronteiras das nações. Como nos lembra Boaventura de Sousa Santos (2007), há guetos nas megacidades do Norte global e do Sul global.

Essas disparidades persistem, em parte, devido a estruturas sociais, muitas com raízes históricas. Permanecem entranhadas nas instituições formais e informais, resistindo à mudança. Ao questionarmos as origens da desigualdade brasileira, ficam nítidos o colonialismo, a escravização, o genocídio negro e indígena (GONZALEZ, 1988; NASCIMENTO, 1978), os processos de migração forçada, além das marcas das ditaduras do passado e da autocracia que se manifesta atualmente. Todas essas feridas profundas evidenciam – cotidianamente – a frágil garantia de direitos humanos e cidadania no Brasil, nação que integra o grupo de países mais desiguais do mundo, ocupando a nona posição, segundo o Banco Mundial, quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes². Para se ter ideia, conforme o *Relatório sobre riqueza global*³, realizado pelo banco Credit Suisse⁴, 1% dos mais ricos é dono de quase 50% das riquezas do Brasil.

Antes da pandemia da covid-19, as discrepâncias de renda, raça e gênero já

2 Conforme dados de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JQbLDE>. Acesso em: 10 ago. 2021.

3 Disponível em: <https://bit.ly/3t2BuBX>. Acesso em: 10 nov. 2021.

4 Disponível em: <https://bit.ly/3sgrRR1>. Acesso em: 10 nov. 2021.

eram registradas no relatório *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, divulgado em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O documento constatava que pessoas negras representavam mais de três quartos da população com os menores ganhos e as mulheres negras tinham rendimentos ainda menores. Hoje pode-se notar que tais fatos tornaram-se mais intensos diante da situação pandêmica.

São inúmeras as fragilidades e desigualdades acentuadas durante essa crise sanitária global que se somou às crises social, política e ambiental já em curso. Por se tratar de uma doença respiratória, as medidas de prevenção ao contágio do vírus impuseram a redução na circulação de pessoas, o que teve impacto na geração e no consumo de bens e serviços, especialmente daqueles considerados não-essenciais, dando margem ao tensionamento do setor econômico. Enfatizamos que, em vários países, esse setor já estava em crise antes mesmo da pandemia, como no Brasil, especialmente em função do avanço da perspectiva capitalista neoliberal na gestão econômica. Entretanto, à medida que a pandemia se agravava, afetava desproporcionalmente milhões de trabalhadores com salários mais baixos nos setores de serviços.

A população que trabalha informalmente foi triplamente penalizada. A essa grande parcela pertencem pessoas que, muitas vezes, carecem de proteção trabalhista e atuam em estreita proximidade física. O relatório *O vírus da desigualdade*⁵, divulgado em janeiro de 2021 pela Oxfam Brasil, confirmou que as mulheres não

estão representadas de forma equânime nos setores econômicos. Globalmente, 112 milhões de mulheres estiveram – ou ainda estão – sob o risco de perder sua renda ou trabalho. Ainda conforme o relatório da Oxfam, pessoas negras têm 40% mais chances de morrer de covid-19 que pessoas brancas no Brasil. Se as taxas de mortalidade da doença nos dois grupos fossem as mesmas, até junho de 2020, mais de 9,2 mil afrodescendentes estariam vivos.

Devido às implicações históricas da prática de racismo, sexismo, exploração de classe, xenofobia, capacitismo, homofobia, entre outras formas de exclusão, há um intercruzamento de gênero, raça e classe nas instâncias de desigualdade. Ainda que pobreza e desigualdade estejam interligadas, não são sinônimas. A desigualdade diz respeito às diferenças que se estabelecem entre grupos de uma determinada sociedade em decorrência de sua estrutura política, social e econômica. No Brasil prevalece a ideia de desigualdade social naturalizada em suas diversas vertentes – classe, gênero, raça, etnia, condição física etc. –, localizada na base de manutenção do poder. A desigualdade é, portanto, por si só, antidemocrática.

Se o planeta vive uma crise sanitária, nosso país também vive uma crise política. Desde janeiro de 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência da República, o Brasil experimenta um processo de regressão em vários aspectos. Da política econômica pouco transparente à desastrosa política externa, da flexibilização das normas ambientais aos esforços para a facilitação da compra e porte de armas, da redução drástica dos recursos públicos para políticas de equidade de gênero à disseminação de uma cultura do ódio,

5 Disponível em: <https://bit.ly/3JI6UUW>. Acesso em: 24 fev. 2022.

da proliferação de informações falsas por “gabinetes secretos” aos ataques à imprensa, do negacionismo da ciência ao incentivo aos atos antidemocráticos, nosso país tem vivido um pesadelo cotidianamente.

Um exemplo que evidencia essa onda de retrocessos está no campo das políticas voltadas para infância e juventude. Um relatório do projeto Criança Livre de Trabalho Infantil⁶ denunciou o esvaziamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Criado no início da década de 1990, o órgão era composto por 14 representantes do Poder Executivo e 14 de entidades da sociedade civil. Em 2019, por decreto, o governo acabou com a paridade, diminuindo o número de conselheiros de entidades organizadas, limitando, assim, a participação da sociedade civil na deliberação de políticas públicas.

Outra fragilização foi no Disque Direitos Humanos – Disque 100. As demissões de funcionários também levantaram preocupações de especialistas ouvidos neste relatório. O serviço analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos, mas, com a diminuição da equipe, o trabalho tem sido prejudicado.

A postura negacionista do próprio presidente da República reflete na crise sanitária. O atraso na aquisição de vacinas, por exemplo, levou centenas de milhares de pessoas à morte, que poderiam ter sido evitadas, conforme apontou o relatório final da CPI da covid no Senado Federal. Sua defesa – com altos investimentos

públicos – de medicação ineficaz no tratamento da covid-19 fez prosperar o movimento antivacinação. Seu estímulo às manifestações antidemocráticas induziu parcela da população a levar descrédito e desconfiança às instituições republicanas. Por razões como essas, tem havido certa dispersão do que deveria ser a maior preocupação: a atenção à pandemia. Essa perda de foco, em última análise, colabora para acentuar as desigualdades no país.

Jornalismo transformador e narrativas emancipatórias

Se consideramos a vinculação entre cidadania, democracia, desigualdade e exclusão delineia-se, nitidamente, um ciclo de retroalimentação, em que os grupos prejudicados pelos padrões de desigualdade apresentam maior dificuldade de se fazer representar nos espaços formais e informais de deliberação. Isso acontece, inclusive, porque não conseguem acessar informações que possibilitem adentrar (ou exigir) seus lugares de dignidade. É então que o cumprimento do papel social do jornalismo faz-se necessário.

Como sublinha Cremilda Medina, o comunicador transita pelo mundo vivido como um garimpeiro de significados contemporâneos, o que torna inviável aplicar técnicas cristalizadas com a garantia paradigmática ou a ingenuidade ideológica. Assim, “o encontro humano transcende o utilitarismo do momento, ultrapassa a eficiência técnica, a velocidade tecnológica ou a racionalização da mentalidade

6 Disponível em: <https://livredetrabalhoainfantil.org.br>. Acesso em: 11 nov. 2021.

vigente” (MEDINA, 1988, p. 194). Para a autora, portanto, a plenitude da comunicação – comunhão – acontece na tríplice tessitura *técnica*, *ética* e *estética*, o que proporciona uma narrativa ao mesmo tempo complexa, afetuosa e poética (MEDINA, 2003). Ao interpretar a pensadora luso-brasileira, podemos denotar que, pela *técnica*, o ser-comunicador busca o domínio do idioma e das linguagens, como também se apropria das tecnologias que lhe permitem a melhor apuração e a agilidade; na dimensão *ética*, encontra a reflexão permanente sobre os fenômenos sociais que proporcionam o alargamento de sua visão de mundo e elevam seu senso crítico; já o aspecto *estético* envolve o desafio para sensibilizar-se com o Outro, de maneira empática e solidária às dores do mundo. Dessa forma, pode “contar sua história ou a história coletiva de forma sutil e complexa, afetosamente comunicativa e iluminando no caos alguma esperança do ato emancipatório” (MEDINA, 1999, p. 25). Por essas razões, Cremilda Medina nos leva a inferir que narrativas cercadas de compromissos, crítica – emancipatória – têm a potência de adquirir um caráter transformador.

Ao discutir a responsabilidade social jornalística, Medina (1982) evidencia que o exercício profissional estabelece conexão com diferentes grupos sociais. Para a autora, a profissão de jornalista se estrutura em *saber*, *saber fazer*, *saber ser*. A autora recorre a atuação laboral por uma perspectiva que transcende a execução de atividades de trabalho, mas se consolida no cotidiano, na postura e na consciência de jornalistas ao exercerem suas funções.

Genro Filho (2012), por sua vez, em sua teoria marxista para o jornalismo, defende a necessidade social do jornalismo informativo. Apesar da contradição apontada pelo autor entre a cidadania real e a cidadania potencial constituída pela ambivalência do capitalismo (e que é inerente à prática jornalística nele inserido), Adelmo Genro Filho conecta o jornalismo à atividade democrática, ao seu potencial crítico e transformador, à compreensão dos fatos sociais.

A prática jornalística – responsável por, entre outras atribuições, informar, promover o debate, fomentar a crítica e cobrar pautas de interesse público – seria, nas palavras de Genro Filho (2012), como uma potência, uma possibilidade a ser construída pelos jornalistas e pela sociedade. Medina e Genro Filho, portanto, incumbem a práxis jornalística do potencial de transformação social. Assim como Medina, Adelmo Genro Filho apresenta o jornalismo como catalizador da cidadania real, um mediador para possibilidades emancipatórias.

Que jornalismo pode ser transformador e emancipatório?

Ao compreendermos o papel social da atividade jornalística, ponderamos também seus desafios éticos, especialmente em momentos de acentuação de crises. Desse modo, é inegável que jornalistas trabalham sob a hierarquização de múltiplos poderes e forças ideológicas, o que reforça a necessidade de reflexão constante sobre

o cumprimento de suas responsabilidades. No entanto, ainda que envolvidos em tramas de poderes, jornalistas têm, como pressuposto, a autonomia de palavra e de pensamento. Em uma profissão em que a partilha da palavra é decisiva para o conhecimento e o desenvolvimento social, consideramos que o senso crítico e a ética desses profissionais são imprescindíveis para a autonomia coletiva.

Sobre a conflituosa relação entre autonomia e opressão, recorremos a Freire (1980), para quem a tomada de consciência ainda não é conscientização, já que depende do desenvolvimento crítico da tomada de consciência. Esses foram os pressupostos do educador pernambucano na conformação da teoria crítica para a emancipação.

Assim, concordamos que a conscientização implica ultrapassarmos a esfera espontânea de apreensão da realidade. “A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo” (FREIRE, 1980, p. 26-27). Em Freire encontramos caminhos para pensar a consciência ética de jornalistas, conformada a partir de suas experiências e da prática reflexiva que estão dispostos a exercitar continuamente.

Para o pensador brasileiro, a interação entre as dimensões ação e reflexão é tão solidária que não há como dissociá-las. “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (FREIRE, 2019c, p. 107). Ao trazermos tais ponderações ao jornalismo, portanto, compreendemos que

a responsabilidade profissional depende de uma práxis⁷ jornalística transformadora.

A partir das reflexões de Freire, é possível afirmar que a construção da consciência crítica é um processo complexo, já que está relacionado às vivências e experiências dentro das hierarquias de poder. Ao problematizarmos a consciência crítica na prática jornalística brasileira, envolta desde sempre em relações de proximidade com poderes dominantes, levamos em consideração o grau de conscientização sobre a opressão a que jornalistas estão sujeitos, já que muitas vezes, “estar imersos na realidade opressiva impede-lhes uma percepção clara de si mesmos enquanto oprimidos” (FREIRE, 1980, p. 58). Entretanto, se cabe ao jornalismo narrar e transformar a realidade, é necessário que jornalistas compreendam seus papéis e possam transformar, como indicou Freire (2019b), a obrigação profissional do “falar ao povo” em “falar com o povo”. Ou seja, que, imersos e conscientes da realidade social, sejam mediadores de transformação.

Para esse intento, Freire nos inspira a refletir sobre pelo menos dois aspectos fundamentais: a *conscientização*, que pode *levar a uma ação cultural para a liberdade*, e a *responsabilidade do profissional com a sociedade*. O passo inicial para esta conscientização é a compreensão crítica dos seres humanos como existentes *no mundo e com o mundo*.

7 Freire (1980; 2019a; 2019b; 2019c) e Genro Filho (2012) pensam a práxis como potencial revolucionário a partir da filosofia marxista. A ideia de práxis é central na obra do filósofo e revolucionário socialista Karl Marx (1818-1883) e foi apresentada, inicialmente, nas *Teses sobre Feuerbach*, escritas como curtas notas filosóficas por Marx na primavera de 1845.

É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas *no* mundo, mas *com* o mundo. “Somente homens e mulheres como seres ‘abertos’, são capazes de realizar a complexa operação de simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora” (FREIRE, 1979, p. 65). Diferentemente dos animais, homens e mulheres acrescentam à vida que têm a existência que criam. Para Freire, *existir* é um modo de vida que é próprio ao ser de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se. É a capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. “O existir é individual, contudo, só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles” (FREIRE, 1982, p. 40-41).

Dessa forma, para o autor, *consciência e ação sobre* a realidade são inseparáveis do ato transformador pelo qual mulheres e homens se fazem seres da relação. Por isso, a prática consciente dos seres humanos envolve reflexão, intencionalidade, temporalidade e transcendência. Num cenário regido pelo embate entre dominadores e dominados, Freire enfatiza que é a consciência que capacita o oprimido a enfrentar a “cultura do silêncio” imposta pelo opressor. Para superar essa cultura, é necessária uma transformação radical: à medida que os dominados se assumirem como maioria e reconhecerem a identidade de seus interesses, na diversidade de suas realidades, podem se perceber como companheiros de uma mesma jornada (FREIRE, 1979), a qual implica esforço para ajudar as classes dominadas a elevar os níveis de consciência, o empenho para se alcançar uma

consciência crítica, o que, a rigor, significa uma ação cultural para a libertação.

Consciência e responsabilidade social nos parecem noções inseparáveis. Talvez uma seja decorrência da outra. Em trabalho publicado anteriormente (IJUIM, 2009), revisitamos o seu clássico *O compromisso do profissional com a sociedade* (1983). Paulo Freire assegurava que o ato comprometido pode ser assumido quando compreendemos a natureza do ser que é capaz de se comprometer. Dessa forma, “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de *agir e refletir*” (FREIRE, 1983, p. 16). Pela reflexão, tem-se consciência de si e, por um olhar crítico diante do mundo, tem-se consciência da realidade concreta. O olhar crítico diante do mundo, porém, não admite uma postura de admiração ou contemplação. Ao contrário, supõe a ação para a transformação.

Para Freire, quem pode exercer um ato comprometido é o ser da práxis, aquele que pode transformar – transformar *aquilo que é naquilo que deve ser* (dever). Assim, “é exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis” (FREIRE, 1983, p. 17).

Dessa forma, não pode haver reflexão e ação fora da relação sujeito-realidade. Aos profissionais de jornalismo, que não veem em seu trabalho apenas a mera execução de técnicas, cabe desenvolverem essas habilidades de agir e refletir. Agir e refletir sobre a realidade concreta, sobre o mundo, pois, conforme Cremilda Medina, pelo papel

social que está investido, “sua função é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias” (MEDINA, 1982, p. 22).

Paulo Freire alerta que a relação das pessoas com a realidade e com o mundo implica a transformação de mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. “Os homens que a criam são os mesmos que podem prosseguir transformando-a” (FREIRE, 1983, p. 18). Em outros termos, firmar o compromisso com o mundo tanto requer como é decorrência de um processo humanizador – humanização de sujeitos, como de si mesmo. O compromisso com a humanização denota uma responsabilidade histórica, segundo o autor, “o compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados” (FREIRE, 1983, p. 19).

Tal engajamento, que é um ato corajoso, decidido e consciente, impede a neutralidade, que “frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso... o verdadeiro compromisso é a solidariedade” (FREIRE, 1983, p. 19).

Este compromisso de ser solidário supõe que jornalistas desempenhem sua função pela ação e a reflexão. Tal postura provoca a ampliação contínua do seu quadro de referência – seu nível de consciência. Por isso, seus fazeres poderão constituir, mais que “notícias”, os relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam para

a inter-relação de pessoas com quadros de referências diferentes. Esta atitude colabora para a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos. Se este compromisso constituir um propósito e um dever e querer-fazer do jornalista, ele irá contribuir para estender ao seu público o exercício ético que pratica e do qual participa diuturnamente (IJUIM, 2009). Em outros termos, podemos ratificar a argumentação já proposta: o ser que, pela ação e reflexão, contribui com a transformação da sociedade, assim como a sociedade contribui com a sua transformação.

Tal preocupação está embasada na coerência com a posição dialética em que o pensador se colocava: de estar em contínuo reexame e transformação. Em *Pedagogia da esperança* (2019b), o autor promove um reencontro com a *Pedagogia do oprimido* (2019c) quando, anos depois da publicação de uma de suas principais obras, retoma temas sob novas perspectivas a partir do desenvolvimento de sua reflexão. É quando, por exemplo, passa a assumir a perspectiva de gênero, começando por admitir que a linguagem sexista (presente em suas obras anteriores) é problema ideológico, não gramatical, como já havia apontado hooks⁸ (2017) em diálogos com o autor.

8 bell hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkins – ativista e pensadora do feminismo negro –, é grafado em letras minúsculas por decisão da autora, para deslocar o foco da figura autoral para suas ideias. O pseudônimo foi inspirado pela avó materna, Bell Blair Hooks, e é uma homenagem ao legado de mulheres fortes.

Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas (FREIRE, 2019b, p. 95).

Fruto de seus diálogos com as intelectuais norte-americanas do feminismo negro, Freire nos convida a dar mais atenção à perspectiva de gênero na cobertura noticiosa cotidiana. A exemplo do pensador, o enfrentamento do sexismo seria uma contribuição para que a prática jornalística seja transformadora ou emancipatória, especialmente diante do quadro de desigualdade que delineamos anteriormente. Em nosso país, mantém-se o poder patriarcal, em que corpos são objetificados, subalternizados ou violentados a partir da simplificação de suas identidades sexuais ou de gênero. Para além da linguagem inclusiva, a produção de conteúdos jornalísticos que ouçam mulheres, especialmente como fontes personagens e especialistas, é mais um passo no comprometimento com uma sociedade menos desigual, balizada por equidade de gênero. Ao compreender que o extermínio da subjetividade e das corporeidades de mulheres e da população LGBTQIA+ não se trata de pauta identitária, mas do princípio de marginalização social, a prática jornalística estaria mais próxima de seu compromisso democrático.

Outro alerta de Freire (2019b), que pode ser de enorme valor à prática jornalística, é de não ser possível simplesmente fazer o

discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial. Influenciado por inúmeros intelectuais, inclusive precursores do pensamento decolonial⁹, Freire almejou que a sociedade brasileira e latino-americana estivesse liberta da opressão por meio da conscientização das populações vulnerabilizadas pela exploração. Durante o exílio, o pensador teve contato ainda mais intenso com as marcas da exclusão racial, a partir de sua experiência em nações libertadas do continente africano, onde trabalhou na década de 1970. Em suas palavras:

Branços e negros, sul-africanos ou residentes na África do Sul com quem conversei falavam, de modo geral, das relações opressores-oprimidos; colonizadores-colonizados; branquitude-negritude usando elementos de ordem teórica comuns a Fanon, a Memmi e à Pedagogia do oprimido. Discutiam também como trabalhar sobretudo com a problematização de situações concretas e, através do aprofundamento da ou das razões de ser da experiência de esmagados que os grupos populares tinham de si mesmos, refazer a sua percepção anterior. Em outras palavras, como perceber a percepção anterior da realidade e assumir uma nova inteligência do mundo sem que isso significasse porém que, por estar sendo percebido de forma diferente, já tivesse sido o mundo transformado. Mas isso significava que, por causa da

9 Ao adotarmos o termo decolonial nos referimos ao movimento e escola de pensamento que luta para a superação da colonialidade que persiste na contemporaneidade, principalmente nas nações historicamente exploradas do Sul global.

nova inteligência do mundo seria possível criar-se a disposição para mudá-lo (FREIRE, 2019b, p. 200).

Freire convida a pensar na mudança e colocá-la em ação. Em um país que tomou a terra ancestral, dela extinguiu seus recursos e grande parte de seus povos originários, bem como exauriu o corpo e a dignidade de corpos negros aqui escravizados, a prática jornalística tem a obrigação de não resvalar ao discurso dominante – hoje nas mãos dos megaempresários do capitalismo neoliberal – que seguem explorando as terras e a mão de obra de trabalhadores racializados, maioria entre os subempregos, a informalidade e os postos que carecem de seguridade social. A ainda persistente ausência de pessoas negras, indígenas e de outros grupos ocupando espaços de discussão na cobertura noticiosa, sendo pauta apenas como objetos de violência e não como sujeitos de ação, evidencia uma prática jornalística preconceituosa, nada emancipatória. Desse modo, Freire nos incita a romper com posturas coloniais ainda presentes na imprensa no que se refere às questões étnico-raciais.

Frisamos também outro aporte de Freire para pensarmos a prática jornalística: a questão de classe. Tendo considerado a conscientização inicialmente como um produto psicopedagógico (FREIRE, 2019c), o educador brasileiro progride para o entendimento da consciência de classe sob a inspiração de preceitos marxistas (FREIRE, 2019b) para pensar a consciência crítica. Ou seja, descolada de uma perspectiva de classe de forma crítica, o jornalismo reduz a desigualdade a aspectos pontuais, como temos visto com o agravamento da pobreza. A cobertura do aumento da fome no Brasil, principalmente na pandemia,

geralmente tem simplificado a questão à flutuação de preços da mão invisível e poderosa do mercado e da consequente redução na oferta de empregos, sem problematizar a ausência de políticas públicas de transferência de renda, a taxação de grandes fortunas (de origem colonial ou imperialista, inclusive), entre outras possibilidades econômicas que deveriam ser pautadas, cobradas dos representantes políticos e estendidas à opinião pública.

Com seu olhar interseccional mesmo antes da disseminação do termo, Paulo Freire traz inúmeras contribuições para refletirmos sobre a desigualdade a partir de questões de gênero, raça e classe. Também nos anima pensar que a prática jornalística comprometida é capaz de apontar questões estruturais que dificultam a redução das desigualdades. Mesmo diante das privações do exílio, Freire esteve preocupado com uma liberdade humanizadora e emancipatória, uma liberdade partilhada. Ao fomentar a esperança de libertação ao autoritarismo e ao poder, o educador enfatiza uma postura de liberdade em diálogo com as pessoas como princípio educativo e ético-político. Partilhamos desta perspectiva ao levar em conta a possibilidade transformadora da práxis, especialmente quando tida como elevação da consciência, a fim de gerar autonomia, que, por sua vez, origina liberdade.

Considerações finais

A reflexão estabelecida a partir das obras de Freire dialoga com o que as

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) sugerem como perfil desejado para a formação de jornalistas: agentes da cidadania, capazes de responder à complexidade e ao pluralismo característicos da cultura contemporânea e ao exercício de sua função social específica (BRASIL, 2013).

Pela adoção do termo “agente” pressupõe-se que jornalistas ajam e, para tanto, precisem também refletir, constantemente. Freire, em toda sua práxis, reivindica o sujeito ativo, não conformado, criativo e disposto à transformação do mundo (LIMA, 2021), o que nos inspira a pensar uma prática e uma práxis jornalística de forma semelhante. Acreditamos que a contínua autorreflexão seja um pressuposto indispensável para que profissionais do jornalismo possam atingir a finalidade de suas atividades laborais.

Ao indagarmos quais práticas jornalísticas podem ser transformadoras e emancipatórias, entrememos possibilidades de seus profissionais atentarem mais detidamente às questões sociais e, a partir delas, questionar seus posicionamentos e abordagens. O próprio exemplo de Freire com a contínua reelaboração de seu pensamento torna nítida a necessidade de constante relação *mundo-consciência-prática-teoria-leitura-do-mundo-leitura-da-palavra-contexto-texto* (FREIRE, 2019b). Sustentamos, portanto, que o jornalismo pode ser desempenhado por profissionais que estão *no mundo e com o mundo*, colaborando a partir de seu trabalho com a criação de condições sociais para a equidade.

As informações movem os atos decisivos para a mudança do estado de coisas (MEDINA, 2006). Freire nos incentiva

a creditar à prática jornalística comprometida a formação de sujeitos críticos e reflexivos, com consciência coletiva de mudança. Para tal, jornalistas precisam constantemente visitar e questionar sua prática concreta, retornar aos preceitos profissionais para que se enseje uma prática transformada e transformadora. Possam, desse modo, lutar por liberdade e autonomia, para que o projeto democrático inclusivo seja ampliado. Afinal, a libertação é um processo social. Como Freire (2019b), não somos esperançosos por pura teimosia, mas por um imperativo existencial e histórico, porque a esperança de transformação é necessidade urgente em um país tão desigual como o Brasil.

[CRISELLI MARIA MONTIPÓ]

Jornalista. Doutora e mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR).
E-mail: criselli@gmail.com

[JORGE KANEHIDE IJUIM]

Jornalista. Doutor em Ciências da Comunicação – Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Tem pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC.
E-mail: ijuimjor@gmail.com

Referências

BRASIL. **Resolução CSE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3v89dwx>. Acesso em: 23 fev. 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. O compromisso do profissional com a sociedade. In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 7-13.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019c.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Il7yaz>. Acesso em: 23 fev. 2022.

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009.

LIMA, Venício A. de. **Paulo Freire: a prática da liberdade, para além da alfabetização**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. Narrativas da contemporaneidade, caos e diálogo social *In*: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). **Caminhos do saber plural: dez anos de trajetória**. São Paulo: ECA/USP, 1999. p. 23-36.

MEDINA, Cremilda. Narrativas do humano ser. *In*: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). **Planeta inquieto: direito ao século XXI**. São Paulo: ECA/USP, 1988. p. 193-199.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**. New York: PNUD, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JSgvID>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007.